Sociedade e Agricultura: (Auto?) Crítica.

Mireya Suárez

Refiro-me à coletânea de Otávio G. Velho,* que reúne dez textos de sua autoria, sendo um deles inédito e os demais já publicados entre 1967 e 1980. Deveria, aqui, resenhar este livro, como me foi solicitado por membros do Conselho Editorial do Anuário Antropológico. No entanto, ao invés de uma resenha, proponho-me a tecer alguns comentários sobre os propósitos da coletânea — tal como foram, segundo minha dedução, concebidos pelo autor — e sobre o significado do pensamento de Velho para o entendimento da questão agrária.

Faço-o assim porque, embora *Sociedade e Agricultura* lide, de uma maneira ou de outra, com a temática geral das sociedades agrárias, não existe no livro, até onde fui capaz de perceber, um conjunto temático e/ou metodológico específico sobre o qual seja possível emitir juízos circunstanciados. A razão da coletânea é ambígua e a articulação dos textos, no melhor dos casos, fica a cargo do leitor. O autor, reconhecendo não estar à procura de uma articulação, afirma que a "... apreciação pormenorizada de como é visto hoje cada um dos trabalhos e o seu conjunto demandaria, provavelmente, um livro" (: 13). Discordando dele, em parte, parece-me que o que é difícil de apreciar é o caráter de unidade da coletânea já que, examinado individualmente, cada trabalho apresenta uma articulação interna e um ponto de vista preciso.

Se a coletânea não objetiva articular uma temática, o que, então, objetiva articular?

Que meus comentários acima não conduzam a pensar tratar-se de algo sem qualquer ordenação. Otávio Velho, sabemos, vem desenvolvendo um pensamento um tanto incomum dentro da Antropologia brasileira e o livro pretende, a meu ver, afirmar

* Velho, Otávio G. *Sociedade e Agricultura.* Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980.

sua postura através da realização de uma crítica. Os textos incluídos contêm elementos que ilustram alguns dos fundamentos principais da crítica que, abrindo o volume, é desenvolvida sob o título "A Propósito da Publicação de uma Coletânea" (: 9-28).

Orientada, assim, pelo que me parece ser os propósitos do autor, destinarei boa parte do espaço que se me oferece para comentar sobre a maneira como se realiza essa crítica e sobre o seu conteúdo.

COMENTÁRIOS SOBRE OS PROPÓSITOS DA COLETÂNEA

Durante os últimos seis anos venho acompanhando com muita simpatia as publicações de Otávio Velho, razão pela qual considero conhecer razoavelmente bem seu pensamento, mesmo que este conhecimento nunca tenha sido enriquecido pelo contato pessoal. Esta última circunstância talvez explique a dificuldade que experimentei ao fazer minha leitura do texto que abre a coletânea: li-o e reli-o. De uma primeira leitura, e conforme os objetivos explícitos do autor, deveria concluir — não sem dúvidas — tratar-se de uma reflexão sobre a unidade de sua produção científica através do tempo. "A publicação de um conjunto de textos escritos num intervalo de 13 anos..." diz Velho, "... não pode deixar de colocar para o seu *autor* a questão da continuidade/descontinuidade de sua *obra*" (: 9).

Confesso minha incerteza frente a esta primeira leitura. Tive, freqüentemente, a impressão de que faltavam frases ou mesmo parágrafos que dessem seqüência às idéias desenvolvidas. Vislumbrava significados nas entrelinhas que, no entanto, não chegavam a ser explicitados. Parecia tratar-se, enfim, de um texto para *iniciados,* não apenas na Antropologia como ciência, mas em alguma comunidade particular dentro dela.

Deixando de lado a questão do mérito desta forma de comunicação científica, centrarei meus comentários no que, de uma segunda leitura (feita à procura desses significados das entrelinhas), concluo serem os objetivos da coletânea, a saber, uma crítica à postura científica e papel social, não da comunidade de antropólogos nem daqueles dedicados à questão agrária, mas do pensamento dominante entre estes últimos; pensamento que está estreitamente vinculado à experiência institucional do Museu Nacional, mesmo que a ela não esteja circunscrito.

Parece-me, então, que muito embora o objetivo explícito de "A Propósito de uma Coletânea" seja a autocrítica da produção

do autor, o texto contém, implicitamente, uma crítica da produção de seus pares. Velho tenta conciliar estes dois objetivos argumentando que: "A trajetória individual (ou do indivíduo-suporte) e o rumo da ciência e das instituições conspiram, não por acaso, na afirmação de uma mesma direção" (: 11).

Visto desta perspectiva, estaríamos frente a uma autocrítica de grupo exprimida por um de seus membros. No entanto, se assim fosse, tratar-se-ia de uma reflexão que acabaria negando-se a si mesma na medida em que a preocupação central do texto é mostrar como, em qualquer momento do tempo e de forma crescente, o pensamento do autor se distancia do que ele chama a "nova forma de dominação intelectual e acadêmica" (: 14).

É lamentável que o conteúdo da crítica de Velho, sendo muito pertinente no âmbito da Ciência Social Brasileira, tenha se refugiado no individualismo e numa expressão hermética que dificulta sua compreensão. Certamente isto não ocorre por falta de determinação, já que ele, como poucos, tem sabido sustentar seus pontos de vista, mesmo quando estes, segundo suas próprias palavras, se choquem com a estética dominante (: 23).

Definir-se como o autor de uma obra parece ser, para Velho, muito mais uma estratégia para marcar sua diferença do que propriamente o sucumbir à tentação de problematizar-se a si mesmo, como ele afirma. Para mim, como leitora, a auto-avaliação de Velho só é interessante na medida em que, emergindo de uma tensão acadêmica, ajuda a delimitar contornos e precisar divergências na construção dos objetos de estudo e na postura assumida pelo cientista perante o processo agrário.

O propósito explícito de Velho é, como dizíamos, examinar-se à luz de sua própria produção. Deixando de lado a questão do interesse que a coletividade científica possa ter por este tipo de exame, é importante mostrar que o texto acaba dizendo muito mais a respeito da comunidade científica do que sobre o próprio cientista. Velho não pretende avaliar sua contribuição para o conhecimento da realidade agrária porque para isso teria sido necessário fazer, como bem o observa, não apenas uma apreciação geral de sua produção — na expectativa de que o leitor tirasse suas próprias conclusões (: 13) — como também examinar sistematicamente o conjunto dessa produção.

Parece-me que estaríamos, então, frente a uma reflexão sobre as tensões emergidas do processo de institucionalização e sedimentação de conhecimentos do Museu Nacional. A opção de examinar o próprio trabalho poderia ser entendida, assim, como uma maneira de (auto?) esclarecer e definir a postura in-

dividual no interior de seu grupo acadêmico de pertinência mais imediato.

Ainda orientada pela minha leitura das entrelinhas, chamo a atenção para a organização do texto: nas partes II, III e IV, Velho evoca a formação de um *nós* institucional com o qual parece identificar-se plenamente. No entanto, nas partes V e VI, separa-se desse *nós*, chegando quase à afirmação de que em todo momento seu pensamento fora divergente. Subjacente a essas formulações estaria a idéia de que, menos que descontinuidade (ou explosão) no tempo, estaríamos frente a uma continuidade por oposição.

Na crítica ao estilo intelectual vigente, desenvolvida na parte IV, revela sua ruptura com um processo de institucionalização específico, quando afirma que:

> "Esse processo pode ser analisado sob vários ângulos. O que aqui mais interessa é fixá-lo a partir do estilo intelectual que cristaliza. Este pode ser definido como sendo, basicamente, "ascético" e produtivista quanto aos valores que estabelece. Privilegiam-se, assim: a) A pesquisa; b) Objetos de pesquisa bem delimitados; c) A fuga a discussões teóricas, filosóficas, etc., tomadas como pressupostos da pesquisa e não justificadas a partir dela; d) As fontes primárias e sua análise minuciosa; e) A definição precisa de categorias e conceitos; f) Os projetos coletivos que organizam e dão sentido a pesquisas individuais e seus desdobramentos no sentido sempre da busca de continuidade, etc.
>
> Como já disse, tratava-se de uma batalha, época heróica de afirmação do ascetismo e da pesquisa. Aos poucos, no entanto, como fora referido, essa batalha é, no fundamental, ganha. No sentido de que o padrão ascético torna-se hegemônico, passa a ser o referencial legítimo e legitimador na avaliação da atividade científica. Assim, aos poucos também, aquilo que era valor em si, ganhando significados novos não reconhecidos. Em outras palavras, torna-se a justificação ideológica de uma nova forma de dominação intelectual e acadêmica, mais sutil porque mais racional, aparentemente menos personalista, mais eficiente e mais internalizada por todos os protagonistas do que as formas de dominação anteriores." (: 14)

A critica de Velho revela, por um lado, sua aguda sensibilidade para perceber problemas gerais da Ciência Social no Brasil

e, por outro, permite que se identifique o Museu Nacional como uma das instituições onde essa nova forma vem se realizando. Dito de outra maneira, embora subconjuntos de elementos do processo descrito por Velho estejam presentes em muitas instituições das Ciências Sociais, o conjunto de todos eles é encontrado apenas no Museu Nacional e na maneira como este se pensa. A luta pela legitimação da pesquisa de campo, a maneira coletiva de organizar a pesquisa, o rápido prestígio adquirido por uma nova geração e o tom heróico da afirmação caracterizam muito bem, dentro da Antropologia brasileira, o processo de institucionalização do Museu Nacional. Não estaria Velho se referindo à "batalha" que este específico grupo acadêmico teve de enfrentar (pelas suas peculiaridades de classe, de urbanistas sem *hinterland*, de participantes na construção de uma instituição, etc.) consigo mesmo e com o conjunto institucional dentro do qual estava inserido?

A crítica de Velho fica prejudicada porque, sendo seu conteúdo da maior relevância para a Ciência Social brasileira, acaba sufocada pelo egoinstitucionalismo, se me é permitida a expressão. Como dificilmente poderia ser resumido aqui esse conteúdo, chamarei a atenção apenas para algumas questões que ele me sugere.

Pergunto-me até que ponto esse novo estilo intelectual pode ser, ao mesmo tempo, "ascético" e modo de dominação intelectual e acadêmica. Esperar-se-ia que, como qualquer forma de dominação, sua prática fosse largamente premiada. Não posso conciliar uma postura contemplativa e frugal como o dinamismo e prestígio implicados, por exemplo, num projeto coletivo destinado a produzir à maneira industrial. Dentro do contexto nacional, que premia muito mais a produção do que a criação de conhecimento, muito mais ascético se me afigura um estilo intelectual baseado na reflexão teórica e na solitária criatividade do gabinete de estudo.

Pergunto-me, igualmente, até que ponto o novo estilo intelectual é, não apenas compatível com a orientação tecnoburocrática do Estado, mas, crescentemente, uma extensão da mesma. Parece-me que a academia, enquanto tal, repousaria em valores incompatíveis com o conjunto de práticas que vêm sendo desenvolvidas no interior da tecnoburocracia, entre as quais destacam-se a inibição da criatividade individual e a conseqüente homogeneização do conhecimento dentro de um pacto de *conciliação* política; a tendência à especialização *em coisas,* corporificada em departamentos, autarquias e comissões especiais variadas e, curiosamente, a verbalização de uma crítica

ao sistema exprimida em nome de causas populares e de processos democráticos.

Finalmente, pergunto-me qual é o papel social do acadêmico que, sem o propósito de criar um conhecimento de utilidade imediata para a solução dos problemas sociais, submete-os, no entanto, à observação e análise e quão eficaz é o estilo acadêmico emergente que, incorporando as normas do próprio sistema de poder, tenta contestá-lo?

COMENTÁRIOS SOBRE O SIGNIFICADO DO PENSAMENTO DE VELHO

Fazendo uma Antropologia dos antropólogos brasileiros, Peirano (1980) mostra que as temáticas com que estes vêm lidando emergem mais de seu papel de cidadãos de um país em processo de se construir como Estado Nacional do que de membros de uma comunidade acadêmica.

Examinando o pensamento de Darcy Ribeiro, Roberto Cardoso de Oliveira e Otávio Guilherme Velho, ela sustenta esta tese afirmando que "... o cientista não é um indivíduo dentro de um grupo de indivíduos, mas um membro de uma sociedade que se define como um Estado Nacional particular..." e acrescenta que assim se entende porque "... os antropólogos brasileiros deslocaram progressivamente seu interesse dos indígenas em si mesmos para a sociedade nacional e, ao fazer isto, envolveram-se, crescentemente, nos temas de integração territorial e de estratos" (: IV-1 e 2).

A inclusão de Velho entre os analistas que lidam com a temática da integração é muito oportuna, não apenas para os propósitos da análise de Peirano como também para situar a contribuição do autor dentro do pensamento brasileiro sobre a realidade agrária.

A análise de Peirano, no entanto, deixa-nos a impressão de que a emergência da temática de integração nacional implicou no abandono dos estudos das sociedades indígenas como unidades auto-explicadas. Reconhecendo que esses estudos são pouco numerosos em relação àqueles que lidam com a temática da integração, pergunto-me se o fato se explicaria pelo deslocamento de objeto através do tempo.

Tendo a acreditar, por um lado, que a Ciência Social brasileira, em qualquer tempo, pouco se empenhou, em examinar os segmentos sociais (incluindo as sociedades indígenas) como realidades auto-explicáveis, o que reflete a limitada importância da prática da pesquisa de campo dentro dela. Por outro lado, o

rápido desenvolvimento científico e institucional que a Antropologia vem experimentando desde o início da década de setenta, conduziu à diversificação dos objetos de estudo, num movimento que, a meu ver, caracteriza-se melhor como uma ampliação do campo de observação do que como um deslocamento do interesse nas sociedades indígenas ou qualquer temática prévia. Desta perspectiva, e reconhecidas as grandes diferenças de objeto e de método, a Antropologia de Velho emerge do mesmo processo que a de Roberto da Matta, Lygia Sigaud e, mais recentemente, a do grupo de Campinas como um todo.

Situar Velho dentro do pensamento agrário requer, a meu ver, considerar que, dentre os antropólogos, é ele quem mais deliberadamente se afasta do exame dos segmentos sociais como realidades auto-explicáveis. Situá-lo requer também considerar que, dentre os *agraristas*, foi ele quem mais explicitamente colocou em foco a problemática da integração dos diversos segmentos agrários.

Uma das características sempre presente nos trabalhos de Velho é que a unidade de estudo (segmentos agrários) é menor que a unidade de observação (a sociedade regional ou mesmo nacional). Por essa razão, a apreensão do objeto é feita muito menos a partir dele mesmo e muito mais a partir de uma estrutura social mais ampla.

Como Ribeiro e Cardoso de Oliveira, no contexto das sociedades indígenas, Velho não é, principalmente, um etnólogo do campesinato ou de qualquer outro segmento agrário. Ele é, antes de tudo um analista dos processos sociais e políticos em que estes segmentos estão envolvidos, dados determinados interesses do Estado e determinados conjuntos de relações no âmbito regional. Identificar esses processos analiticamente — seja na forma de identidade étnica ou de integração das fronteiras — é, a meu ver, o objetivo último dos trabalhos desses autores.

A ausência de rigor etnológico entre os analistas que lidam com as populações agrárias é, no entanto, mais uma regra do que uma exceção. Afora raros trabalhos[1] o estudo dos produtores rurais não tem sido feito a partir das categorias com as quais eles pensam, nem das explicações que oferecem de si mesmos. Este procedimento de observação e análise, característico da Antropologia, tem sido substituído pela tentativa de encontrar um suporte para o dado na teoria do social, particularmente naquela que lida com a dominação via meca-

(1) Entre eles destacamos Cândido (1971), Herédia (1979), Meyer (1980) e Woortmann F. (1981).

nismos econômicos. Penso que isto ocorre, em parte, porque, diferentemente da pesquisa junto às sociedades indígenas, o tempo de observação *in locu* tende a ser muito reduzido e porque nos confrontamos com as estruturas agrárias como realidades "nossas" e, portanto a nós, familiares.

Além disso, a utilização acrítica da teoria do social se explica, principalmente, pela urgência da denúncia que a injusta situação das massas agrárias impõe ao pesquisador enquanto cidadão. Penso que é esta maneira de usar a teoria sociológica que conduz Velho a desejar que se renuncie "de vez a qualquer essencialismo, até o de *si* mesmo" e que se trave "o bom combate contra os determinismos aprisionadores . . ." (: 26).

A urgência da denúncia leva à retirada, logo no início da análise, de elementos como o "acordo", a reforma e a incorporação política dos segmentos subordinados, vislumbrando-se, então como única saída viável, a transformação revolucionária. Examinando as posturas da esquerda intelectual, Velho assinala que, mesmo havendo diferenças, elas têm em comum

> "uma espécie de metaposição que reza ser necessário garantir *a priori* a colocação de uma transformação revolucionária na ordem do dia. O que varia é o *lugar* dessa garantia: para a populista, o caráter anticapitalista das massas; para a segunda, o caráter antimassa desse capitalismo." (: 139)

A maior parte dos trabalhos, principalmente aqueles produzidos por sociólogos e economistas, mas também por antropólogos, apreendem as populações agrárias, ou mesmo grupos agrários específicos como verdadeiras massas fatalmente conduzidas por uma lógica sistêmica. Sem negar a existência dessa lógica e sendo, inclusive, um dos seus formuladores,(2) Velho chama a atenção para a necessidade de se revisar e reformular os instrumentos conceituais de que dispomos para que a complexidade e diversidade agrária possam ser introduzidas nas análises. Esta advertência é particularmente clara nos textos 2, 6 e 7 da coletânea(3) onde discute a utilidade analítica da dicotomia simplista camponês x proletário rural e do uso do

---

(2) Ver, na Coletânea ora comentada, "Modos de Desenvolvimento Capitalista, Campesinato e Fronteira em Movimento" (: 48-69) e *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo, DIFEL, 1976.

(3) Respectivamente, "O Conceito de Camponês e sua Aplicação à Análise do Meio Rural Brasileiro" (: 40-47), "Campesinato e Política" (: 82-99) e "O Problema Agrário" (: 100-106).

conceito de campesinato para se referir às leis de funcionamento de um modo de produção específico.

Já em 1969, quando nossa interrogação central frente à realidade era se estaríamos presenciando o processo de proletarização ou a reprodução camponesa, Velho chamava a atenção para

> "... a possibilidade de encarar a questão, não em termos de uma oposição pura e simples entre camponeses e proletários, mas como um *continuum* com dois casos-limites entre os quais teriam de ser colocados todas as situações em que parceiros, meeiros, arrendadores, etc., podem ser encontrados em nosso interior em graus diversos de autonomia de trabalho." (: 45)

Em 1978, falando a respeito das diferenças sociais dos trabalhadores do campo, recomendava "... não tentar reduzir a uma forma geral e única a questão agrária brasileira". (: 111). Em 1969, examinando a proposta e o uso social do trabalho de Maria Conceição d'Incao, *O Bóia-Fria,* criticava com muito mais ênfase essa redução da realidade, ao afirmar que "... o próprio título do seu trabalho anuncia a presença aguardada, e agora finalmente concretizada, do proletário rural, presença essa agora socialmente confirmada pela chancela legitimadora do trabalho de campo" (: 101). Considerando que visões deste tipo encontram sua origem no pensamento economicista, sugere que sejam introduzidas na análise os significados políticos tanto das diversas vias de desenvolvimento quanto dos diversos agentes sociais. Acrescenta que:

> "... sob esse ponto de vista seria difícil negar importância ao campesinato brasileiro, sobretudo o de "fronteira", cujo distanciamento físico — em relação a "nós", ao que parece — pelo menos hoje não implica uma marginalidade necessária, nem política, nem econômica.
>
> Por outro lado, os processos de proletarização (e são diversos) são também uma realidade, embora no campo uma realidade extremamente cambiante, por vezes combinada com formas de produção autônoma que se mantém; e nem sempre sendo irreversível.
>
> O fundamental, sem dúvida, é não tentar reduzir a realidade a fórmula única, mas aceitá-la em toda a sua complexidade e dinamismo...". (: 104)

Recuperando, mesmo sem ser um etnólogo, a visão antropológica do mundo rural, finaliza o texto dizendo que "... estamos falando de homens de carne e osso, cujos objetivos últimos podem não ser simplesmente se reproduzir como camponeses ou como proletários;...". (: 106)

Atento aos limites explicativos das análises economicistas e à necessidade de relativizá-las mediante a percepção dos fatos políticos, Velho coloca em dúvida se a especificidade camponesa pode ser apreendida através da noção de modo de produção:

> "Essa especificidade tem sido em geral vista como se referindo à caracterização do grupo doméstico como unidade de produção e de consumo. Inicialmente, cabe mencionar que essa característica não se restringe aos campesinatos... (: 88). As tentativas de ir além, pensando, por exemplo, o campesinato como um ator social que somente se preocupa com "as necessidades sociais" (contrastadas com o *drudgery*) ou com a reprodução de suas condições sociais de existência... nada determinam, já que o mesmo poderia ser dito de qualquer ator...". (: 89)

Porém, parece-me importante destacar que a questão da especificidade camponesa perde relevância na análise de Velho que, ao invés de por em foco classes agrárias, proletárias e dominantes objetiva, como dissemos, identifica os processos sociais e políticos no interior das populações agrárias. Com efeito, Velho não poderia estabelecer conceitualmente uma uniformidade quando é justamente a variação que deseja encontrar. Em conformidade com este propósito, que outro tema clássico seria de maior utilidade conceitual do que o tema da diferenciação social no interior do campesinato?

A temática da integração nacional requer, igualmente, que as descontinuidades sejam não apenas pressupostas mas incorporadas na própria análise. Parece-me que estas circunstâncias metodológicas poderiam explicar, pelo menos em parte, a preocupação de Velho em destacar as variações da realidade agrária e sua preferência pelos objetos políticos — ao invés dos econômicos — onde essas variações seriam mais visíveis.

Velho trata *o político* como uma resposta dos grupos agrários a determinadas políticas de Estado e ao conjunto de relações sociais em que estão inseridos. Este uso de conceito é, a meu ver, suficientemente amplo para incorporar condutas que,

numa definição restrita, não poderiam ser consideradas políticas. A este respeito, sua crítica a Hobsbawm é ilustrativa:

> "Como antropólogo, sinteticamente a minha reação inicial diante das noções de "periferia" e de "pré-político" (bem como de seus análogos opostos) é que parecem tratar-se, respectivamente, de uma dimensão espacial e de uma dimensão temporal do *etnocentrismo* do próprio cientista, social... eu perguntaria se uma linguagem formalmente 'pré-política' não poderia disfarçar um conteúdo 'político'." (: 70-72)

A concepção do político nas Ciências Sociais não é somente formal mas, freqüentemente, inclui apenas as respostas explicitamente oposicionistas. Dentro desta perspectiva, as opções políticas dos trabalhadores rurais estariam reduzidas à sua participação em movimentos sociais organizados nos moldes formais. Portanto, a invasão de terras por milhares de posseiros, por exemplo, seria vista como o resultado fatal da luta pela sobrevivência e nunca como uma opção política encaminhada para reivindicar sua participação no sistema. De modo semelhante, no texto "A Fronteira e o Pequeno Produtor" (: 75-81) Velho assinala que, nas condições da Amazônia,

> "... o contexto pode levar o pequeno produtor a ver como estratégia alternativa à defesa estrita de um modo de vida ou de uma "cultura" a utilização de certos modelos dominantes exatamente para lutar contra uma exclusão que se quer impor e agrega que" "...talvez valha a pena lembrar, como nota final, que o mesmo processo de desenvolvimento capitalista que traz consigo a expropriação do pequeno produtor traz consigo também a possibilidade de uma integração mais sentida na vida do país e em suas lutas."

Esta visão ampliada do político constitui, sem dúvida, um eficiente instrumento conceitual não apenas para controlar nossas visões etnocêntricas como também para perceber as variações da ação política desde as lutas sindicais e partidárias à luta pela propriedade da terra.

A postura de Velho frente à questão do pequeno produtor "ser ou não ser capitalista" parece-me ainda ambígua. Acreditando, em princípio, que a pergunta é relevante, temo que ela esteja sendo formulada ainda acriticamente, não pelo fato de ser uma pergunta "nossa" e não do pequeno produtor, mas

pelo fato de estar servindo a propósitos mascarados de ação social e política. Como nos lembra Bourdieu (1975), a sociologia sempre corre o risco de se tornar espontânea, quando tira da linguagem dos atores sociais (nesse caso nós, e não dos trabalhadores rurais) suas perguntas e explicações.

Parece-me que para Velho a questão emerge, ora de concepções ideológicas dominantes como as da Igreja e do Regime (: 133), ora da própria realidade social. Referindo-se a essa realidade Velho chama a atenção por um lado, para a obrigatoriedade do pequeno produtor de *se tornar* capitalista por razões contextuais:

> "O pequeno produtor disposto a se territorializar pode, por exemplo, pretender comprar terra. Essa compra, no entanto, significa não só, como já disse, a redução de um estoque comum, como também, seguidamente, o reconhecimento da legitimidade de um proprietário duvidoso. De um modo mais geral, significa sempre, de qualquer maneira, abandonar certas concepções 'espontâneas' fundamentais e assumir padrões (embora como arma, em última análise) das classes dominantes." (: 80)

Por outro lado, implícita na sua tese sobre o papel emancipador da Fronteira, penso encontrar-se a idéia de que o pequeno produtor *é* capitalista e procura as condições para realizar-se crescentemente:

> "... isso na medida em que a fronteira se constitua num *locus* privilegiado de desenvolvimento do campesinato e de sua afirmação, refletindo-se sobre o campesinato como um todo (e mesmo outros setores pequeno-burgueses), ajudando a fazer a diferença crucial entre um campesinato acomodado a uma posição subordinada ou um campesinato que procura romper as barreiras ao prosseguimento de sua ascensão." (: 56)

Parece-me que esta questão merece tratamento mais rigoroso não apenas por parte de Velho, como também de todos os outros analistas envolvidos nesse debate. Dizer que a postura de Velho é ambígua não implica dizer que ela é, necessariamente, incorreta. Percebendo o capitalismo não somente como sistema mas também como cultura, poder-se-ia pensar que o pequeno produtor tanto pode *ser* capitalista como *tornar-*

-*se* capitalista. E se pode tornar-se capitalista é porque *não o é.* Se este raciocínio estiver correto, estaríamos frente a outra expressão da descontinuidade que caracteriza o setor agrário.

Para finalizar estes comentários, devo fazer referência à introdução do conceito de fronteira nos trabalhos de Velho, pois creio que ele representa a sua contribuição principal para o entendimento da questão agrária.

Velho propõe que a existência de fronteiras internas é, por um lado, um elemento significativo para explicar o caráter (ou via) do capitalismo brasileiro e, por outro, um fato que amplia as possibilidades de resposta dos trabalhadores rurais frente a esse capitalismo. Embora a argumentação como um todo venha alimentando o debate sobre a questão agrária, penso que a controvérsia maior está na segunda parte da proposta: a relação entre a ocupação de novos territórios e a emancipação política e econômica dos trabalhadores rurais.

Reconhecendo a propriedade e força de alguns argumentos contrários à tese da emancipação do homem de fronteira (por exemplo, a notável concentração da terra nestas áreas), minha experiência de pesquisa de campo (junto ao campesinato mexicano e ao do Centro-Oeste) leva-me a encontrar elementos muito esclarecedores na tese de Velho.

Em primeiro lugar, não tenho dúvida quanto ao fato de que a existência de uma fronteira, mesmo não sendo uma circunstância sociológica em si mesma, é significativa para a análise sociológica, justamente porque essa existência implica numa eventual construção social. Já a inexistência (ou quase inexistência) de fronteiras, como no caso mexicano, é insignificante porque — na medida de sua inexistência — nada pode ser feito nela. A negação deste significado, ainda neutro, da fronteira revela uma perspectiva geográfica e política de muito curto alcance à qual, acredito, somam-se poucos analistas.

Em segundo lugar, se é verdade que a fronteira, enquanto tal, não é significativa para os trabalhadores rurais, ela pode passar a sê-lo por razões históricas, basicamente, o caráter opressivo da sociedade nacional. Toda minha pesquisa no Centro-Oeste indica que, em todos os tempos de sua longa ocupação, as populações (incluindo as de mineradores e faiscadores) migraram motivadas pela insatisfação com as condições de vida e com o propósito de mudá-las.

Este significado de mudança potencial que tem a fronteira para as populações será invisível para aqueles que entendem a migração, não como uma opção, mas como o último recurso de sobrevivência. Creio que é a percepção deste significado

que permite a Velho ver nos grupos agrários de fronteira forças dispostas a romper barreiras e a ascender.

Mas, certamente, propósitos individuais não constroem realidades sociais. Sabemos que todos mudam de vida, mas nem todos mudam de condições de trabalho. No entanto, nos estágios iniciais da ocupação, o propósito de mudar é favorecido pela desarticulação social intrínseca às localidades de fronteira que estão em processos de consolidar suas estruturas e organização. Nestas circunstâncias, as diferenças de *status*, mesmo visíveis, não se configuram como posições regulamentadas dentro de uma estrutura de dominação. Parece-me que seria de grande utilidade a realização de estudos etnológicos sobre a estrutura e organização social destas comunidades, de modo a informar o debate. Velho se aproxima do problema quando, entre outras referências,[4] afirma que:

> "... a inexistência de uma classe dominante tradicional e a facilidade de acesso à terra fazem com que as relações entre os indivíduos sejam mais secularizadas e de igual para igual." (: 36).

A inexistência de uma estrutura de dominação a nível local, colocando os indivíduos temporariamente num plano de igualdade, certamente, não garante que a construção do espaço social que está surgindo acabe criando uma sociedade que rompa com a subordinação política e econômica do traablhador. Porém, e acredito ser esta a leitura mais correta de Velho, a ausência de uma estrutura de dominação local e "privada" abre um espaço social para que os migrantes lutem pelos seus propósitos. Desta perspectiva, a crescente invasão das terras privadas e devolutas da área deve ser entendida não pelos propósitos individuais de mudança dos posseiros, mas pela ausência de uma estrutura de dominação local capaz de limitar com eficiência seus propósitos.

Para finalizar meus comentários tenho ainda a agregar que, mesmo reunindo dez textos muito variados, *Sociedade e Agricultura* abre ao leitor perspicaz uma visão antropológica do mundo rural brasileiro. Com isto quero dizer que os textos introduzem os desejos, propósitos e lutas dos grupos humanos agrários *tão obscurecidos pelas* análises economicistas predominantes.

---

(4) No texto 5 "A Fronteira e o Pequeno Produtor", por exemplo, o autor levanta uma série de questões que lhe parecem significativas para apreender a particularidade das estruturas sociais de Fronteira.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU P., Chamboredon J. C. & PASSERON, J. C. *El Ofício de Sociólogo: Pressupostos Epistemológicos.* México, Siglo Veintiuno Editores, 1975.

CÂNDIDO, A. *Os Parceiros do Rio Bonito.* 2.ª ed., São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1971.

HEREDIA, B. M. A. de. *A Morada da Vida: Trabalho familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

MEYER, R. D. *A Terra do Santo e o Mundo dos Engenhos: Estudo de uma Comunidade Rural Nordestina.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

PEIRANO, M. G. e S. "The Anthropology of Anthropology: The Brazilian Case". Tese de Doutoramento. Harvard University (mimeo), 1981.

WOORTMANN, E. F. "Sitiantes e Roceiros: A Produção Camponesa num Contexto de Pecuarização". Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília (mimeo), 1981.